



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA.	RECURSO
PROCESSO Nº 038/1994/004/2003	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 116/2003	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

A MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. foi autuado em 11.09.2003 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 12.04.2010, pela FEAM, multa no valor de R\$ 10.001,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “Causar poluição ou degradação ambiental que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats.” (fl. 03).

No recurso, o autuado alega, em síntese, que:

- Houve cessão e transferência total dos direitos da concessão de lavra da área em questão à empresa Mundo Mineração Ltda.
- Passaram a ser de integral responsabilidade da cessionária o cumprimento de todas as obrigações necessárias ou exigidas por lei para a preservação dos referidos direitos minerais.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.



Com efeito, não houve impugnação à decisão de manutenção da penalidade de multa, que resta incontroversa.

O autuado apenas alega que os direitos e obrigações do empreendimento foram cedidos a Mundo Mineração Ltda, porém não junta aos autos qualquer comprovação da referida cessão do passivo ambiental.

Portanto, deve ser mantida a penalidade de multa aplicada ao autuado Mineração Morro Velho Ltda (CNPJ 22931299/0002-11).

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de **R\$ 10.001,00**, por estar em conformidade com o art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: